



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2015.0000836757**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0012398-64.2010.8.26.0604, da Comarca de Sumaré, em que é apelante CHARLES FERNANDO ROGERIO, é apelado TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS ZAPPELLINI LTDA.

**ACORDAM**, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores DIMAS RUBENS FONSECA (Presidente sem voto), CESAR LUIZ DE ALMEIDA E GILSON DELGADO MIRANDA.

São Paulo, 10 de novembro de 2015

**MARIO CHIUHITE JUNIOR**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO NÚMERO: 0012398-64.2010.8.26.0604  
APELANTE: CHARLES FERNANDO ROGERIO (JUSTIÇA GRAUITA)  
APELADO: TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS ZAPPELLINI LTDA.  
(TRANSPORTADORA ZAPPELLINI)  
COMARCA: SUMARÉ

**VOTO Nº 3003**

***APELAÇÃO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – INDENIZAÇÃO – DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS – Acidente de trânsito que resultou em danos ao autor - Colisão traseira - Presunção de culpa - Configurada a culpa da ré - Responsabilidade solidária - Vínculo entre o proprietário do caminhão e do “baú” – Indenização por dano moral devida - Fixação em R\$ 25.000,00 – Dano material e estético - Não configurados - Ausência de incapacidade laboral e danos estéticos atestados pela perícia realizada nos autos – Recurso parcialmente provido.***

**Vistos.**

Trata-se de Apelação interposta contra sentença de fls. 665/667, proferida pela MM. Juíza da 1ª Vara Cível da Comarca de Sumaré, em ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos, ajuizada pelo ora apelante em face da ora apelada, a qual julgou improcedente o pedido, com resolução do mérito, conforme disposto no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em razão da sucumbência, a parte autora foi condenada a arcar com as custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, fixados em 20% do valor corrigido da causa, suspensa a cobrança enquanto perdurarem os efeitos da gratuidade processual.

Apela, pois, o autor, às fls. 670/673, pugnando pela reforma da r. sentença, sustentando, em suma, que o proprietário do caminhão, litisdenunciado, seja responsabilizado pelos danos causados, devendo o processo ser



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

anulado posteriormente ao cancelamento da denunciação à lide, bem como afirmou que a ré, Zappellini, também deveria ser responsabilizada, ainda que de forma subsidiária.

Recurso tempestivo, isento de preparo e recebido no duplo efeito (fl. 675).

Contrarrazões às fls. 684/687.

**É o breve relatório do necessário.**

O apelo do autor merece parcial provimento.

Trata-se de ação de indenização movida pelo apelante, alegando fazer jus à indenização por danos materiais, morais e estéticos decorrentes de acidente, o qual alegou que foi provocado pelo condutor do caminhão de propriedade da par ré.

De início, indiscutível a existência do dano e do nexo causal entre o referido dano e o sinistro, efetivamente demonstrados pela documentação trazida aos autos. O conjunto probatório reforça a presunção de culpa da ré, que busca transferir sua responsabilidade para o comandante ou para o condutor do veículo abalroado, sob o pretexto de que houve imprudência deste, com objetivo de isentar-se de responsabilidade pela ocorrência do acidente, livrando-se da obrigação de indenizar a autora pelo prejuízo com danos, em razão da imprudência e negligência do próprio condutor do veículo da ré.

É presumida a culpa daquele que abalroa a traseira de outro veículo, cumprindo seja mencionada presunção elidida por aquele que deseja dela eximir-se, ônus do qual não se desincumbiu a parte ré, o que arruína a pretensão da apelada



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

em transferir ao veículo onde estava o autor a culpa exclusiva pela ocorrência do acidente.

Ressalte-se: aquele que trafega imediatamente atrás de outro veículo deve observar e guardar distância segura do automóvel à sua frente, mesmo porque, este pode, eventualmente, frear repentinamente em virtude de uma série de circunstâncias que a própria dinâmica do trânsito provoca.

O condutor do veículo da ré, ao transitar pela rodovia, não prestou atenção à presença de veículo à sua frente vindo a colidir com a traseira do mesmo. É dever de qualquer pessoa estar sempre atento à sinalização, principalmente em rodovias, mantendo distância suficiente dos veículos à sua frente para, em tempo hábil, frear e evitar colisões a teor das disposições contidas no artigo 28 e seguintes do Código de Trânsito Brasileiro.

Ademais, o condutor do veículo da ré estava embriagado, conforme apontou o exame toxicológico de fl. 497, e as testemunhas ouvidas nos autos confirmam a culpa do motorista que conduzia o veículo da requerida.

Quanto á responsabilidade, da ré, observa-se que o serviço de transporte era prestado conjuntamente por ela e pela J.J. Severino Transportadora Ltda Me, mediante a união de seus veículos (caminhão, de propriedade da J.J. Severino Transportadora Ltda Me, a carreta-reboque, de propriedade da ré).

A responsabilidade, no caso dos autos, não pode ser aferida levando-se em consideração somente o fato de que um veículo tracionava e o outro dependia de tração, como se fossem absolutamente autônomos. Ao contrário, deve ser avaliada a partir da propriedade, bem como da destinação dos mesmos na data do fato e, neste sentido, restou expressamente comprovado que ambos, caminhão e “baú”, atuavam em combinação, assim permanecendo para fins de responsabilização.

Isso porque, como já decidiu o C. Superior Tribunal de Justiça em caso análogo, a responsabilidade solidária do proprietário do reboque pode



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

restar configurada se, ao longo do processo, restar evidenciado que existe relação de preposição com o proprietário do “cavalo mecânico”, relação esta que não resta inviabilizada pelo quanto disposto no art. 5º da Lei nº 11.442/07, eis que, consoante lição de Claudio Luiz Bueno de Godoy, “*o conceito de preposição vem sendo por vezes alargado pela jurisprudência, sem dúvida, e acertadamente, para excluir a necessidade de vínculo empregatício, mas sempre à consideração que exista uma relação de subordinação, de direção, como sucede, por exemplo, com o médico cirurgião e a equipe*” (in *Código Civil Comentado*, PELUSO, Cesar coord., 2007, p. 775).

Nesta senda, a propósito, o seguinte aresto do E. STJ:

*“RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. “CAVALO MECÂNICO” E REBOQUE. PROPRIETÁRIOS DISTINTOS. CONTRATO DE LOCAÇÃO. SOLIDARIEDADE. PREPOSIÇÃO. SÚMULA Nº 492/STF. INAPLICABILIDADE. CARONA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL INEXISTENTE. 1. Responde civilmente por culpa in eligendo a transportadora, dona de reboque, que contrata transporte de cargas por “cavalo mecânico” inadequadamente conservado e conduzido pelo seu preposto para circular em rodovias movimentadas. 2. É vedado em sede de recurso especial a revisão das conclusões a respeito da culpa dos envolvidos no acidente, obtidas a partir da interpretação de cláusulas contratuais, ante os óbices das Súmulas nºs 5 e 7/STJ. 3. A tese da responsabilidade no caso de transporte de simples cortesia (carona) não foi prequestionada (Súmula nº 211 do STJ). 4. A responsabilidade solidária da empresa recorrente por danos causados a terceiro na condição de “locadora ou locatária” (Súmula nº 492/STF), a despeito de constituir fundamento autônomo, não foi atacada no recurso especial. 5. Não há similitude fática, para efeito de caracterização do dissídio jurisprudencial, entre o caso concreto e os paradigmas apontados, nos quais inexistente vínculo de preposição entre a proprietária do reboque e o motorista, ou entre a transportadora e o dono do “cavalo mecânico”. 6. O conjunto fático-probatório dos autos é claro quanto à presença de vínculos contratuais estreitos entre a transportadora e o dono do “cavalo mecânico”, reconhecendo-se, por*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

várias circunstâncias, a preposição do dono do "cavalo mecânico" em relação à transportadora, cuja revisão é inviável no recurso especial (Súmulas nºs 5 e 7/STJ). 7. "É presumida a culpa do patrão ou comitente pelo ato culposo do empregado ou preposto" (Súmula nº 341/STF). 8. Recursos especiais desprovidos" (REsp 453.882/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/09/2012, DJe 25/09/2012).

Nesse seara, confira-se a Súmula 492, do Colendo Supremo Tribunal Federal:

*"Súmula 492: A empresa locadora de veículos responde, civil e solidariamente com o locatário, pelos danos por este causados a terceiro, no uso do carro locado."*

No mesmo sentido:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. REBOQUE. COMODATO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA EMPRESA PROPRIETÁRIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. AGRAVO PROVIDO. UNÂNIME.** (Agravado de Instrumento Nº 70034273847, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard, Julgado em 16/02/2011)

Outrossim, decidiu o C. STJ:

*(...) 3. Acerca da responsabilidade civil da agravante e a propriedade do veículo configurando seu dever de indenizar, o acórdão recorrido assim dispôs: Compulsando detidamente os autos, restou comprovado que a ré é*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*proprietária do reboque envolvido no acidente, conforme se verifica da leitura dos documentos de fí. 38 (boletim de ocorrência) e 63 (informação do veículo extraída do sítio eletrônico do DETRAN). O ponto crucial da questão não diz respeito a saber se o motorista do veículo causador do acidente foi/é funcionário da apelante, ou se o condutor é/era empregado de uma transportadora contratada, mas sim à indagação sobre a propriedade do reboque/carreta. **É que o cavalo mecânico e o reboque, quando acoplados, formam um único veículo, e, se pertencem a mais de um proprietário, todos devem ser responsabilizados de maneira solidária.** Isso porque o indivíduo que coloca um bem em atividade deve responder pelos danos causados por sua utilização. Tanto o cavalo mecânico como o reboque deram causa ao sinistro, tendo parcela de contribuição substancial para a efetiva ocorrência do evento danoso. Por razões dessa ordem é que se considera que eles constituem um único veículo, com a responsabilização solidária dos respectivos proprietários. Deve ser afastada a alegação de que a apelante não era proprietária do veículo, posto que o tanque era cedido em comodato à empresa de transporte, conforme contrato acostado às fí. 140/148 dos autos. O comodato, caracterizado como empréstimo gratuito de bem infungível, não tem o condão de transferir a propriedade do bem, mas apenas a posse, pelo que carece de embasamento jurídico o argumento da recorrente. A responsabilidade do proprietário da carreta só seria afastada com a comprovação de culpa exclusiva da vítima ou da ocorrência de caso fortuito ou força maior, o que não foi demonstrado na fase de instrução probatória. Não há que se falar em culpa exclusiva de terceiro (no caso, o condutor do caminhão), visto que a responsabilidade da recorrente decorre justamente da chamada culpa /n eligendo, isto é, na escolha daquele que irá conduzir ou que poderá escolher o condutor de um veículo de sua propriedade. Ao firmar contrato de comodato com empresa de transporte, a requerida assume o risco de que um condutor escolhido pela comodatária venha a se envolver em um acidente de trânsito que produza danos a terceiros. (...) (STJ - AREsp: 687992 PR 2015/0057134-4, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Publicação: DJ 28/04/2015) (grifo nosso)*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Assim sendo, resta caracterizada a responsabilidade da ré, da empresa J.J. Severino Transportadora Ltda. Me, bem como do motorista que conduzia o veículo.

Superada a matéria quanto à culpa, passa-se a analisar se é ou não devido o pagamento a título de danos materiais, morais, e estéticos ocasionados pelo acidente.

De acordo com o laudo pericial médico: *“com o que nos é disponível para análise, não há como caracterizar incapacidade laborativa, haja vista que continua em exercício profissional como motorista”* (fl. 622).

Em relação aos danos estéticos apurou a perícia que *“as lesões encontradas não são causadoras de repugnância no convívio social, nem expõe o Autor à condições vexatórias.”*

Desta maneira, não há que se falar em indenização por danos materiais ou estéticos na forma pleiteada pelo autor.

Por outro lado, no que concerne aos danos morais, tem-se que a indenização por estes é devida.

Como ora exposto, ficou evidenciado o dano moral suportado pela parte autora que sofreu traumatismo crânio encefálico grave, sendo inclusive submetido à intervenção cirúrgica, tendo havido incapacidade total e temporária no período pós-traumático, pós-manipulação cirúrgica de imobilização e reabilitação, constatada pelo laudo pericial (fl. 622).

Ademais, evidente o trauma causado à pessoa que





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

sofre acidente tal como o que ocorreu com o autor, tendo ocasionado graves ferimentos, inclusive perda auditiva parcial de um dos ouvidos e deformidades morfológicas sequelares, de modo que a verba fixada deve ser proporcional ao dano moral causado por culpa da ré.

As sequelas decorrentes do acidente seguramente trouxeram à parte autora sérios e concretos constrangimentos na sua vida cotidiana, afetando a sua integridade física e exercício das atividades em geral durante o período de recuperação, o que acarreta a aferição do dano moral indenizável.

Nesta senda, fixa-se em R\$ 25.000,00 a indenização por danos morais e estéticos, acrescidos de juros de mora de um por cento ao mês desde a data do acidente e correção monetária a partir deste arbitramento (Súmulas 54 e 362 do STJ), valor que se mostra adequado ao princípio da razoabilidade, observado o caráter indenizatório e pedagógico, proporcionalmente às condições financeiras da parte ré e aos danos morais suportados pela parte autora.

Por fim, em razão da sucumbência recíproca, as custas e despesas processuais devem ser divididas igualmente entre as partes, bem como devem arcar com os honorários advocatícios de seus respectivos advogados.

Ante o ora exposto, dá-se parcial provimento ao recurso.

**MÁRIO CHIUVE**  
**RELATOR**

Assinatura Eletrônica